

Durão Barroso: "O PSD quer um Referendo sobre a Europa"



"Se tivermos medo do referendo, ficamos reféns dos que não querem a Europa", afirmou o Presidente do PSD, **Dr. José Manuel Durão Barroso** no encerramento da Conferência "O PSD e a Europa".

A Conferência foi promovida pelo Grupo Europeu do PSD com o objectivo dos seus Deputados europeus apresentarem publicamente o balanço de 2 anos de mandato.

Após uma introdução do Deputado José Pacheco Pereira e intervenções dos outros Deputados europeus, o Presidente do PSD produziu uma intervenção que define o posicionamento do Partido face às grandes questões europeias.

texto nas págs. 4 e 5

Cair de pé ?

Abri o jornal e li. No *Diário Económico* de 21 de Junho, Jorge Coelho, o nº 2 do PS dizia: "*Se tivermos de cair, é cair de pé*".

Com uma candura desconcertante, o homem-forte do PS revelava o **estado de espírito** que reina no partido do Governo.

Já não se discutem propostas para o país, soluções para os portugueses, respostas para a crise nacional.

No Governo discutem guerras de capelinha, Ministros que não se falam, Secretários de Estado que desconfiam: uns receiam ser despedidos, outros esperam ser promovidos.

No PS além de dizerem mal uns dos outros, opina-se agora sobre as posições recomendadas no momento da queda...

Já não discutem se vão ou não cair: é óbvio que acham normal. Já não questionam o *timing*: receiam que seja mais cedo do que esperavam. Já só discutem como isso vai suceder.

Não seria tão triste se a queda deles não fosse reflexo do estado em que deixaram o país.

Resta-nos esperar que quando eles caírem... o País ainda esteja de pé.

Carlos Miguel Coelho

Restituição de Bens Culturais

Intervenção de Vasco da Graça Moura pág. 2

PE aprova apoios aos Açores e Madeira

Intervenções de Carlos Costa Neves e Sérgio Marques pág. 3

O PSD disse...

Intervenções de: Carlos Coelho, Regina Bastos e Arlindo Cunha pág. 7

Desenvolvimento Sustentável

Intervenção de Jorge Moreira da Silva pág. 8

Graça Moura sobre a restituição de bens culturais



O Deputado do PSD Vasco Graça Moura afirmou no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que *"cada património cultural tem uma importância incontornável para a identidade nacional e para a identidade europeia"* e defendeu que *"a cooperação policial e judiciária entre os Estados-Membros nesta matéria deve ser estreitada. Deve ser dificultada a circulação de bens culturais furtados ou ilicitamente apropriados"*.

Graça Moura defendeu que, nesta matéria, *"a cooperação e a coordenação de acções entre os Comissários responsáveis pela Cultura, pelo Mercado Interno, pela Justiça e pelos Assuntos Internos, afiguram-se de uma necessidade elementar"*.

Para Graça Moura, *"a Comissão deveria preparar uma comunicação sobre o tráfico e o comércio ilegais desses bens: fazendo o ponto quanto ao estado actual da questão; listando e identificando os bens que continuam por recuperar; estudando as consequências da aplicação do regulamento de 1992 e da directiva de 1993; avaliando os efeitos previsíveis da adesão dos países candidatos; preparando um formulário multilingue com as indicações sobre os bens ilicitamente subtraídos e desencadeando uma campanha de sensibilização e informação das opiniões públicas, tornando toda a informação necessária disponível na Internet"*.

Vasco Graça Moura salientou que, *"não se encontram disponíveis dados suficientes para se saber objectivamente da eficácia da directiva e do regulamento relativos à exportação de bens culturais e à sua restituição, quando tenham saído ilicitamente do território de um Estado para o de outro. Esta impossibilidade é devida, em grande parte, acrescentou, à tardia transposição daqueles diplomas para as ordens jurídicas internas dos Estados-Membros"*.

Para Graça Moura, *"tudo leva a crer que se tenha intensificado entretanto o tráfico ilícito de bens culturais, nomeadamente daqueles que passam a circular no mercado da arte"*.

Tudo recomenda que seja acatado pelos Estados-Membros o princípio do respeito estrito pela integridade dos patrimónios culturais nacionais. E tudo recomenda que as medidas preventivas e repressivas desse tráfico sejam tornadas mais eficazes".

Graça Moura referiu ainda que *"aqui mesmo, nas instalações deste Parlamento, ainda não há muito tempo que todos pudémos ver uma exposição sobre as graves delapidações do património cultural de Chipre, perpetradas sob o olhar complacente das autoridades de um país que por sinal é também candidato ao alargamento da União"*.

Assim, as medidas agora propostas poderão contribuir relevantemente para um aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos disponíveis e do sistema no seu conjunto".

O Multilinguismo e o Parlamento Europeu

O Deputado Vasco Graça Moura, relator do Parlamento Europeu para o Ano Europeu das Línguas, presidiu a uma mesa-redonda sobre *"O multilinguismo eo Parlamento Europeu"*, que teve lugar em Bruxelas, no âmbito do Ano Europeu das Línguas.

Na mesa-redonda participaram, entre outros, a Presidente do Parlamento, Nicole Fontaine, a Comissária Viviane Reding, o escritor húngaro Lajos Parti Nagy e o Senador francês Jacques Legendre, relator da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre a diversidade linguística.

Grupo de Teatro do Porto no Parlamento Europeu

A convite de Vasco Graça Moura, esteve em Bruxelas, o Grupo *"Visões Úteis"*.

Visões Úteis é uma companhia de teatro sediada na cidade do Porto e que conta com 6 anos de actividade profissional. Poduziu já 18 espectáculos de diversos autores ou partindo de textos originais criados pela Companhia.

Este grupo teve oportunidade de apresentar uma comunicação numa reunião da Comissão da Cultura do PE.

PE aprova apoios aos Açores e Madeira



Costa Neves: Propostas da Comissão são insuficientes

Para Carlos Costa Neves *“as propostas da Comissão Europeia de revisão do POSEIMA estão*

longe de corresponder às expectativas.

Tendo em conta os bons resultados alcançados desde o seu lançamento, a profunda mudança qualitativa entretanto ocorrida com a introdução do que dispõe o artigo 299-2 do Tratado da União Europeia e as sucessivas declarações de intenção de vários Conselhos Europeus, esperar-se-ia mais”.

Costa Neves destacou *“as propostas feitas pelo Relator Martinez Martinez, por sua iniciativa ou através do contributo de vários Deputados, entre os quais me incluí, através da apresentação de 20 propostas de alteração ao texto da Comissão Europeia, que me congratulou por ver incluídas na posição do Parlamento Europeu, aprovada por tão expressiva maioria”.*

Costa Neves afirmou não aceitar:

- *“que o POSEIMA continue restrito ao sector da agricultura e, residualmente, ao das pescas”;*
- *“o princípio da neutralidade orçamental que leva a que o envelope financeiro proposto para o futuro seja inferior ao do lançamento do programa, no princípio da década de 90 (ainda sem artigo no Tratado da União Europeia)”;*
- *“a natureza da medida proposta para salvaguardar a principal produção dos Açores, o leite. Considero insuficientes as 70.000 toneladas complementares atribuídas aos agricultores açoreanos e discordo do carácter transitório da medida, a vigorar apenas até 2003, em óbvia contradição com o sentido do Artigo 299-2 do Tratado da União Europeia”.*

Para Costa Neves *“A revisão do POSEIMA deverá respeitar os compromissos da Comunidade no sentido de aumentar as ajudas às Regiões Ultraperiféricas”.*

Costa Neves salientou ainda que *“a revisão em curso não pode pôr em risco a actividade de agricultores abrangidos ao abrigo da regulamentação em vigor. Deve reforçar-se as ajudas comunitárias e não reduzi-las e que devem lançar-se novas medidas de natureza agro ambiental e de desenvolvimento e adaptação das zonas rurais”.*



Sérgio Marques quer Comissão Europeia mais ambiciosa

O Deputado do PSD Sérgio Marques apoiou, a proposta de revisão do POSEIMA, programa *“que se tem revelado de grande significado na medida em que garantiu a aplicação de vertentes importantes da política Agrícola Comum à Madeira e Açores, numa forma adaptada às especificidades da agricultura destas Regiões. O POSEIMA tem dado assim, acrescentou, um contributo significativo para a manutenção da nossa agricultura. Por outro lado, o POSEIMA tem sido crucial, por incluir medidas específicas destinadas a minorar os sobrecustos de abastecimento, nomeadamente em termos de transporte, de bens alimentares para consumo ou transformação industrial. Que não se esqueça a contribuição do POSEIMA para a diminuição do custo de vida na Madeira e nos Açores”.*

Para Sérgio Marques, *“a proposta de revisão do POSEIMA, com as alterações recomendadas pelo Parlamento Europeu é bastante positiva. Introduzem-se novos instrumentos e modificam-se os actuais à luz da experiência adquirida”.*

Sérgio Marques congratulou-se por o Parlamento *“ter aprovado propostas de alteração ao POSEIMA muito importantes para a Madeira e que foram apresentadas por mim e pelos meus colegas Arlindo Cunha e Carlos Costa Neves, em conjugação com o Governo Regional da Madeira. De entre estas propostas destaco a prorrogação do prazo para a reconversão da vinha, o aumento da ajuda aos produtores de vime de 250 para 600 Euro/ha, a possibilidade de exportação para o resto da comunidade de produtos transformados na Madeira e Açores a partir de matérias primas subsidiadas pelo POSEIMA, etc”.*

Sérgio Marques afirmou que *“demos hoje o nosso parecer favorável a este conjunto de medidas apresentadas pela Comissão Europeia... Mas, espera-se que a Comissão Europeia não se fique por aqui e seja mais ambiciosa, propondo medidas noutros domínios. Só assim avançaremos para uma maior aproximação e identificação com a Europa por parte dos cidadãos que vivem nas Regiões Ultraperiféricas. Só assim faremos com que estes ganhem uma maior consciência europeia e sintam também como sua esta casa comum em construção que é a Europa”.*

Durão Barroso: "A política europeia do



Penso que **não há contradição fundamental entre interesse nacional e interesse europeu**. Muitas vezes há, em certos sectores da nossa opinião pública, uma certa desilusão. Mas qual seria a alternativa para Portugal, se Portugal não estivesse na União Europeia? Para Portugal ou para qualquer outro país. Mesmo os países de maior dimensão.

Nunca teria havido um reconhecimento do direito de autodeterminação **de Timor Leste se Portugal não estivesse na União Europeia**. Foi quando Portugal começou, dentro da União Europeia, a bloquear qualquer possibilidade de acordo entre a União Europeia e o grupo regional em que se integrava a Indonésia, que a Indonésia, pela primeira vez, viu que a questão "era a doer".

Hoje não há orientação na política europeia de Portugal. Não são só os Deputados portugueses no Parlamento Europeu que não conhecem a posição do Governo português. São os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos diferentes ministérios que não recebem orientações a tempo. A nossa política europeia está completamente à deriva.

Sou daqueles que acreditam que a Europa é positiva para Portugal.

... porque o Governo concentrou a sua capacidade naquilo que é a **exibição mediática do Primeiro Ministro**. Primeiro Ministro que não tem qualquer convicção europeia nem qualquer convicção nacional e que na realidade se limita a uma exibição aquando das Cimeiras.

Estou preocupado com o que se passou na Irlanda.

Não penso, como alguns líderes europeus, que é uma questão menor e que vai ser resolvida com o tempo.

Esta é uma daquelas questões que o tempo apenas não resolve.

Tem que haver engenho, imaginação, inteligência, sabedoria e vontade para resolver a questão irlandesa, porque ela traduz um mal-estar que já vem de algum tempo.

Acredito que o nosso futuro está na Europa e considero que é normalmente uma racionalização da mediocridade e do medo, do que há de mais negativo na cultura política portuguesa, o discurso anti-europeu que é tradicional em certas elites portuguesas.

Acredito no primado da pessoa humana, na liberdade e na democracia. Acredito na grande finalidade da construção europeia: a paz na Europa. Defendo uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus.

O grande desafio histórico da UE é o alargamento ou, numa fórmula que eu prefiro, a reunificação da Europa.

Já existem hoje mecanismos de tipo federal na União Europeia. **Isto não quer dizer que defendamos um super Estado federal**, ou que haja qualquer ideia de que estamos a criar uns Estados Unidos da Europa. Quando em Portugal se fala em federal ou federalismo tem-se a ideia de que estamos a criar um Estado europeu, enquanto há países em que quando se fala de federal tem-se a ideia de descentralizar em relação a qualquer poder central europeu.

Governo está completamente à deriva"

Nice mostrou que o método inter-governamental tem os seus limites.

Tem que haver uma combinação do método intergovernamental com outro método, que podemos chamar de comunitário, que procure compensar a diferença do peso dos Estados através do recurso a outras lógicas.

Tudo isto parte de um **princípio fundamental, que é o princípio da solidariedade**, de que há uma partilha de algo que é comum entre diferentes Estados. Temos vindo a assistir nos últimos anos, com gravidade, a uma deterioração dos mecanismos de solidariedade dentro da União Europeia. Infelizmente, o nosso Governo também tem responsabilidades nesta matéria.

Na presidência portuguesa fez-se **um erro trágico, que foram as sanções à Áustria**. Nunca tinha existido na história da Europa uma presidência falar em nome de 14 contra um. A presidência, até por uma questão de respeito pelos Tratados, só pode falar em nome de todos. Não pode falar em nome de uma parte contra um, que ainda por cima é mais pequeno.

Também tivemos agora, quando foi do Tratado de Nice, uma lógica de grandes "versus" pequenos. Sou adepto de uma Europa justa, equilibrada, séria, isto é: que use, de facto, os mesmos pesos e as mesmas medidas. **Que não discrimine entre grandes e pequenos**. Que cultive um verdadeiro espírito comunitário de solidariedade.

Maastricht não resolveu todos os problemas, remeteu para Amesterdão. Os "left over" de Amesterdão sobraram para Nice. Ainda Nice não tinha acabado já se estava a falar no "pós-Nice" e nesta **tentativa nervosa, absolutamente frenética, de se criar um vanguardismo institucional**. Com estas *engenharias*, a opinião pública não tem sequer oportunidade para ver sedimentar as práticas europeias e perde completamente a noção de sentido, a noção de objectivo, a noção de estratégia, a noção de vontade, para onde vai a União Europeia.

Diferentes líderes europeus, que ao longo de vinte ou trinta anos, nunca tiveram uma ideia sobre a Europa, agora sentem-se na necessidade de apresentar o seu modelo de Europa. Fazem-no, quase sempre, **sem terem o cuidado de verificar se a sua própria opinião pública está de acordo com esse modelo**.

Na Europa, devemos avançar ao ritmo que os povos europeus desejam. É uma constatação de bom senso. Retomo uma ideia que já defendi há anos, dos três "p". Devemos ser **prudentes, pragmáticos e pacientes** em relação à Europa.

Sem prejuízo do seu papel relevante, a Europa que queremos não pode ser apenas a Europa dos diplomatas e dos tecnocratas. Tem de ser **uma Europa participada pelos cidadãos** e em que as opiniões públicas estejam mobilizadas.

O PSD propôs, na revisão constitucional, que pudesse haver referendos sobre tratados internacionais. Não se conseguiu, na altura um referendo sobre a questão europeia. Para mim é óbvio que, quando houver uma alteração substancial em matéria que tenha a ver com as competências da União Europeia e dos Estados-membros, (possivelmente, na conferência intergovernamental de 2004) **teremos que decidir essa matéria, em Portugal, também por referendo**. Porque se tivermos medo do referendo, ficamos reféns daqueles que não querem a Europa.



Pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE



Arlindo Cunha quer mais apoio para Açores e Madeira

Arlindo Cunha defendeu que **“o prolongamento dos programas específicos de apoio à agricultura das regiões ultraperiféricas da União Europeia, designadamente aos Açores e Madeira, constitui uma medida de elementar necessidade. Distantes como estão dos grandes mercados europeus, as suas agriculturas, normalmente de pequena dimensão, e que constituem uma base fundamental da economia, não seriam capazes de sobreviver num mercado cada vez mais globalizado”**.

Mas, para Arlindo Cunha, **“a proposta da Comissão peca por ser muito escassa, limitando-se na maioria dos casos a prolongar o ‘status-quo’, sem atender às novas dinâmicas dos mercados e à cada vez maior dificuldade em estas regiões serem competitivas nos mercados internacionais, na sequência da aplicação do Acordo de Marraquexe e da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, pela primeira vez em meio século de história de acordos multilaterais de comércio, passou a incluir os produtos agrícolas nas disciplinas de redução dos apoios e dos subsídios à exportação e do aumento do acesso aos mercados”**.

Para Arlindo Cunha, **“o Parlamento fez o seu trabalho, num esforço realista de diálogo entre parlamentares e entre estes e os responsáveis políticos das regiões ultraperiféricas da União Europeia esperando agora que o Conselho faça o seu, aceitando as medidas aprovadas pela Comissão de Agricultura e pelo Parlamento”**.



Carlos Coelho contra o tráfico de seres humanos

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu que **“as questões relacionadas com o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças devem constituir uma prioridade na agenda política da União Europeia”**.

Carlos Coelho congratulou-se com **“o facto do Conselho ter chegado a acordo em relação aos elementos base da proposta de decisão-quadro relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, mas lamentou que não tenha chegado a consenso no que diz respeito ao nível das sanções penais para este tipo de crimes”**.

O Deputado social democrata salientou que, **“de acordo com estimativas internacionais, as vítimas de traficantes de seres humanos ascendem a 700.000 por ano e que em muitos países da União e designadamente em Portugal são hoje sentidos fenómenos de exploração de seres humanos provindos do leste da Europa que, procurando melhores níveis de vida são vítimas de redes montadas que exploram o seu sofrimento”**.

Para Carlos Coelho, **“a exploração de seres humanos, homens, mulheres e crianças, é um fenómeno repugnante seja para que efeitos for: trabalho clandestino, para fins sexuais, ou outros**.

Temos pois a responsabilidade, afirmou, de combater esse flagelo e produzirmos os instrumentos normativos necessários”.



Regina Bastos apoia Mercado integrado de emprego

A Deputada do PSD Regina Bastos, defendeu que **“o direito e a oportunidade de viver e trabalhar em diferentes Estados-membros da União Europeia constitui uma importante aspiração política dos cidadãos europeus”**.

Num debate sobre o contributo da rede EURES para um mercado europeu integrado do emprego, Regina Bastos salientou que a rede EURES se funda **“na existência desse direito legal de livre circulação dos trabalhadores no território da União Europeia e do Espaço Económico Europeu e no facto indesejável de ainda subsistirem obstáculos à mobilidade laboral**.

Esta rede, acrescentou, centrada na troca de informações e de experiências, no aconselhamento e no apoio à colocação dos profissionais, é apoiada por conselheiros EURES, em diálogo e articulação com os serviços públicos de emprego dos Estados-Membros, assim como por um serviço de acesso à Internet, com facilidade de consulta e de procura para o utilizador comum”.

Regina Bastos salientou ainda como características positivas desta rede, **“a facilidade no acesso e na troca de informações sobre as possibilidades de emprego neste amplo espaço, o conteúdo multilíngue deste sistema, que se exige pronta e rigorosamente actualizado, bem como a assistência legal aos cidadãos, sobretudo quanto aos regimes fiscais e de segurança social”**.



Carlos Coelho: "Encorajar a paz em Angola"

Carlos Coelho, intervindo no debate em Plenário sobre a situação em Angola, afirmou que, "neste preciso momento, em que se entreabre uma pequena janela de esperança com declarações dos principais responsáveis e iniciativas na sociedade civil em favor da paz, o nosso papel é o de encorajar esse movimento".

Para Carlos Coelho, "temos de dizer ao povo de Angola e aos dirigentes políticos que a **Comunidade Internacional está disponível para colaborar na procura da paz**. Não há solução militar para este conflito".

Carlos Coelho congratulou-se com "o texto de compromisso que foi possível construir" e afirmou votar "contra as propostas que o possam desfigurar não porque discordemos do conteúdo de várias delas mas porque **o que hoje se espera de nós são palavras de incentivo e não de recriminação**".

Carlos Coelho recordou que "já por diversas vezes ao longo dos anos, o Parlamento Europeu se pronunciou sobre Angola e criticou atitudes e comportamentos. Recordamos essas deliberações que subscrevemos e apoiamos. Como temos presente, acrescentou, as deliberações das Nações Unidas sobre o conflito e não ignoramos que há responsabilidades diferentes das diversas partes".



Regina Bastos apoia Directiva sobre Acidentes de Trabalho

A Deputada Regina Bastos apoiou uma iniciativa legislativa no sentido "de combater o fenómeno

dos acidentes de trabalho causados por quedas em altura de escadas e andaimes, infelizmente demasiado frequente em todo o espaço da União Europeia".

Regina Bastos salientou as informações prestadas pela Comissão Europeia, segundo as quais, na União Europeia, "ocorrem em cada ano cerca de 500.000 quedas em altura, sendo que 300.000 dessas quedas são motivo para ausências superiores a três dias de trabalho.

Por outro lado, desse valor total, têm lugar cerca de 40.000 acidentes com gravidade, bem assim como cerca de 1.000 mortes. Na maior parte dos casos, estes acidentes acontecem devido a uma má utilização de andaimes e de escadas".



Para Regina Bastos "nesta como em outras matérias do domínio social, importa incentivar a criação de disposições e de legislação comum, por forma a potenciar a criação de padrões e de um nivelamento superior, que seja uma mais-valia para o conjunto dos Estados-Membros.

Estou certa, acrescentou, que em Portugal, onde este género de acidentes de trabalho atinge números alarmantes, esta Directiva será um contributo precioso para os evitar, dando um impulso às autoridades nacionais competentes para a definição de regras mais estritas e rigorosas quanto ao uso destes equipamentos de trabalho".



Arlindo Cunha apoia ajudas directas aos pequenos agricultores

O Deputado Arlindo Cunha saudou a proposta da Comissão Europeia, que visa simplificar os processos de candidatura dos pequenos agricultores às ajudas directas da Política Agrícola Comum, "pela sua oportunidade e sentido".

Arlindo Cunha salientou que, "a experiência que temos hoje da aplicação da PAC é que ela marginaliza na prática os pequenos agricultores, considerados nesta proposta como os que na média dos últimos 3 anos receberam menos de 1000 Euros por ano.

Em primeiro lugar, porque as ajudas por hectare ou por cabeça de gado têm uma expressão mínima no rendimento destes agricultores, que frequentemente não têm mais do que 5 ou 10 hectares de terras aráveis ou meia dúzia de cabeças de gado.

Em segundo lugar, porque aos pequenos agricultores é exigida como regra geral a mesma burocracia que é exigida para montantes de ajuda 10, 50 ou 100 vezes maior, tendo que preencher por vezes uma dúzia de formulários diferentes cada ano para receber um montante de ajuda por vezes irrisório".

Arlindo Cunha sublinhou "a emenda aprovada pela Comissão de Agricultura, por minha iniciativa, de elevar o limite de 1000 para 1500 Euros, que permite abranger potencialmente um terço dos agricultores da União Europeia e mais de dois terços nalguns países como Portugal".

Para Arlindo Cunha, "no futuro será necessário pensar numa outra escala de ajudas para os pequenos agricultores, que deverão receber um montante unitário de ajuda relativamente maior do que as explorações grandes e médias, sob pena de essa ajuda ser ineficaz".



Moreira da Silva defende estratégia global para o Desenvolvimento Sustentável

O Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva defendeu que do Conselho Europeu de Gotemburgo deve sair uma estratégia global para o desenvolvimento sustentável, que a **União Europeia "tem a obrigação de liderar o debate mundial sobre um novo modelo de crescimento"** e que Gotemburgo "é o palco apropriado para abrir este debate mundial".

Para Jorge Moreira da Silva, "**O Desenvolvimento Sustentável está no topo da agenda internacional. A União Europeia dedica-lhe as honras de um Conselho - o de Gotemburgo. No próximo ano a comunidade internacional encontrar-se-á, em Joanesburgo, na Cimeira 'Rio+10', precisamente para actualizar a sua estratégia para o Desenvolvimento Sustentável. Mas não nos iludamos. Este frenesim internacional em torno desse conceito fundamental - a sustentabilidade (que é o mesmo que dizer, a solidariedade entre gerações vindouras e a solidariedade entre povos) decorre mais do cumprimento de um calendário previsto há muitos anos do que do cumprimento de uma estratégia**".

Jorge Moreira da Silva, porta-voz do Grupo do PPE para o desenvolvimento sustentável, salienta que "**dez anos depois da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, aquela que instituiu precisamente o compromisso mundial em torno de um desenvolvimento capaz de congregar não apenas a dimensão económica e social mas também a dimensão ambiental, os sinais de insustentabilidade mantêm-se. Do agravamento do aquecimento global à diminuição da camada de ozono. Da insegurança alimentar à crescente resistência aos antibióticos. Da proliferação dos produtos químicos, especialmente os organicamente persistentes, ao empobrecimento da biodiversidade. Da acumulação de resíduos industriais à congestão da vida nas cidades. Sem esquecer obviamente esse horroroso sinal de insustentabilidade do nosso modelo de crescimento que é a pobreza e a exclusão social**".

Comissão das Pescas em Portugal

Por iniciativa do Deputado do PSD **Arlindo Cunha**, esteve recentemente em Portugal uma delegação da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu.

Durante esta visita os parlamentares tiveram ocasião de se encontrarem com os responsáveis da Docapesca, da Associação dos Armadores das Pescas Industriais, do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca da Zona Norte, da Associação das Indústrias de Conservas de Peixe, da Associação de Produção da Pesca da Sardinha (PROPEIXE) e da Associação dos Pescadores da Pesca Artesanal e da Sardinha APROPESCA.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551